



BOLETIM DE SERVIÇO

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

ANO XXVII - Nº 086

09/05/97

SUMÁRIO

ESTE BOLETIM DE SERVIÇO É CONSTITUÍDO DE 31 (TRINTA E UMA) PÁGINAS COM ANEXOS, CONTENDO AS SEGUINTE MATÉRIAS:

SEÇÃO II

PARTE 1:
DESPACHOS E DECISÕES DO REITOR E PRÓ-REITORIAS..... PÁG. 002

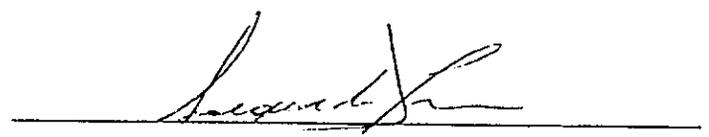
PARTE 3:
RELAÇÃO DAS DIÁRIAS PÁG. 003

PARTE 4:
DESPACHOS E DECISÕES DO DIRETOR DO NPD..... PÁG. 003
DESPACHOS E DECISÕES DO CHEFE DO DEP. DE IMUNOBIOLOGIA/GIM..... PÁG. 004
DESPACHOS E DECISÕES DO CHEFE DO DEP. DE BIOLOGIA GERAL/GBG..... PÁG. 004
DESPACHOS E DECISÕES DO CHEFE DO GSI..... PÁG. 005
DESPACHOS E DECISÕES DO DIRETOR DA FAC. DE ODONTOLOGIA/CMO PÁG. 006
DESPACHOS E DECISÕES DO CHEFE DO DEP. DE QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA..... PÁG. 006
DESPACHOS E DECISÕES DO CHEFE DO GEO PÁG. 007
DESPACHOS E DECISÕES DO DIRETOR DO GDO PÁG. 008

SEÇÃO IV

ANEXOS..... PÁG. 009


Margareth de Castro Souza
Chefe do Serv. de Comunicações Administrativas


Leonardo Vargas da Silva
Diretor do Departamento de Serviços Gerais

REITOR : LUIZ PEDRO ANTUNES

SEÇÃO II

Parte I:

Portaria nº 24431 de 07 de maio de 1997.

Ementa: Cessação dos efeitos da Portaria nº 24.322 de 25 março de 1997, que designou "Pró Tempore" o Coordenador do Curso de Graduação em Odontologia, subordinado ao Centro de Ciências Médicas. °

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e
Considerando o que consta do Processo nº 23069.001339/97-12,

RESOLVE:

1. Fazer cessar, a partir de 30 de abril de 1997, os efeitos da Portaria nº 24.322, de 25 de março de 1997, publicada no BS/UFF nº 57, de 27 de março de 1997 que designou o Professor EDUARDO GOMES COUTO CASTRO, da Classe de Professor Adjunto, nível 4, matrículas UFF nº 2842-0 e SIAPE nº 0303781-8, do Quadro Permanente da Universidade, para responder "Pró-Tempore", a função de Coordenador do Curso de Graduação em Odontologia, subordinado ao Centro de Ciências Médicas.

2. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LUIZ PEDRO ANTUNES
Reitor



Portaria nº 24.432 de 07 de maio de 1997.

Ementa: Designação, "Pró Tempore" de Coordenador do Curso de Graduação em Odontologia, subordinado ao Centro de Ciências Médicas.

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições legais estatutárias e regimentais, e
Considerando o que consta do Processo nº 23069.001339/97-12,

RESOLVE:

1. Designar o Professor integrante da carreira do Magistério Superior EVAN DE SOUZA FALCÃO, da Classe de Professor Adjunto, nível 4, matrículas UFF nº 7984-2 e SIAPE nº 6303422-0, para exercer "Pró Tempore", a função de Coordenador do Curso de Graduação em Odontologia, subordinado ao Centro de Ciências Médicas, até que se conclua o processo de eleição do novo Coordenador e Vice-Coordenador.

2- Publique-se, registre-se e cumpra-se

LUIZ PEDRO ANTUNES
Reitor



Parte 3:

RELAÇÃO DAS DIÁRIAS DO DIA 07/05/97

PROCESSO	NOME DO BENEFICIÁRIO	ORGAO	DEPTO FUN TAB	OC DESTINO	SÁLIA	RETORNO	1/1	1/2	TOTAL	
*** EMPENHO: 97NE00001 AUM - TESOURO ***										
002856/97-08	MARIA HELENA DA SILVA PAES FARIA	PROAC	PROAC	02 01/95 01	GOIANIA	12/05/97	16/05/97	4	1	485,53
002857/97-62	SONIA REGINA DE CARVALHO CANTILHEI	PROAC	PROAC	04 01/95 01	GOIANIA	12/05/97	16/05/97	4	1	635,85
002901/97-52	ROSANGELA LOPES LIMA	PROAC	PROAC	NS 01/95 01	SANTO ANTONIO	16/05/97	17/05/97	1	1	103,08
060198/97-15	JOAO BATISTA MATEUS	PROPLAN	PREFE	NM 01/95 01	PINHEIRAL	28/04/97	30/04/97	1	3	85,92
*** EMPENHO: 97NE00012 CCM - TESOURO ***										
030463/97-95	JOSE RENATO JINQUETRA BORGES	CCM	CMV	NS 01/95 01	BOM JESUS	14/04/97	18/04/97	0	5	171,80
030464/97-58	LUIZ ALTAMIRO GARCIA NOGUEIRA	CCM	CMV	NS 01/95 01	BOM JESUS	14/04/97	18/04/97	0	5	171,80
030466/97-83	GERALDO TEIXEIRA FONTES	CCM	CMV	NM 01/95 01	IGUABA	11/04/97	11/04/97	0	1	26,64
030467/97-46	JORGE BOUSSON BASTOS	CCM	CMV	NM 01/95 01	IGUABA	28/04/97	28/04/97	0	1	26,64
*** EMPENHO: 97NE00016 CAMP - TESOURO ***										
070103/97-35	FERNANDO GONCALVES DA CRUZ JUNIOR	CAMP	CAMP	NS 01/95 01	BRASILIA	22/04/97	25/04/97	3	1	511,94
070177/97-71	FERNANDO GONCALVES DA CRUZ JUNIOR	CAMP	CAMP	NS 01/95 01	NITEROI	28/04/97	28/04/97	0	1	51,54
070178/97-34	MESTIAS FERNANDES GUIMARAES	CAMP	CAMP	NM 01/95 01	NITEROI	28/04/97	28/04/97	0	1	42,96
070179/97-05	MARILIA DA SILVA ALMEIDA	CAMP	CAMP	NS 01/95 01	NITEROI	28/04/97	28/04/97	0	1	51,54
070180/97-86	ELIO ALVES DE MOURA	CAMP	CAMP	NM 01/95 01	RIO DE JANEIRO	25/04/97	25/04/97	0	1	51,55
*** EMPENHO: 97NE00573 U.D.C ***										
002773/97-74	VANIA PEREIRA LIMA	DOC	DOC	NS 01/95 01	SAN PAULO	05/05/97	10/05/97	5	1	735,27
									TOTAL:	3.406,34
									GERAL	3.406,34

HILDEBRAND DE SOUZA CRUZ
Chefe da Proplan

Parte 4:

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO - NPD - Nº 001/97, DE 14/04/97

O Diretor do Núcleo de Processamentos de Dados no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1. Designar os servidores ROSINA ANGELA PERROTTA DE OLIVEIRA, Assistente em Administração, mat. SIAPE nº 0303895-4, LEILA SOARES GONÇALVES DE MEDEIROS, Bibliotecária/Documentalista, mat. SIAPE nº 0307817-4, LUIZ PONZIO, Técnico de Suporte de Sistema Computacional, mat. SIAPE 0305725-8, JORDELINO ROSA, Assistente em Administração, mat. SIAPE 0311691-2 e LUIZ HENRIQUES ANCIÃES, Programador de Computador, mat. SIAPE 0306713-0, para fazer parte da Comissão para conferência de bens patrimoniais deste Núcleo, cabendo ao primeiro a presidência.

FERNANDO CÉSAR CUNHA GONÇALVES
Diretor do NPD



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO - GIM - Nº 01, de 15 de abril de 1997.

O Chefe do Departamento de Imunobiologia no uso de suas atribuições legais e regimentais.

RESOLVE:

1 - Fazer cessar a portaria que designou o servidor ROBERTO ROBEIRO DA SILVA FILHO, matrícula UFF nº 8548-2 e SIAPE nº 308679, como secretário do Departamento de Imunobiologia.

2 - Designar a servidora Rita de Cássia Pereira da Silva Monteiro, matrícula UFF nº 6155-2 e SIAPE nº 0306676 para secretária do Departamento de Imunobiologia a partir desta data.

3 - Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RITA FUCS
Chefe do Departamento de Imunobiologia



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO - GBG - Nº 03, de 30 de abril de 1997.

O Chefe do Departamento de Biologia Geral, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1. Designar os professores: ALPHONSE GERMAINE ALBERT CHARLES KELECOM, RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS GOUVEA E ANA LÚCIA NÓBREGA DOS SANTOS, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Banca Examinadora para avaliação dos Docentes durante os respectivos períodos de Estágio Probatório.

2. Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO C. VILLAÇA
Chefe do Departamento de Biologia Geral



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO Nº 1, de 23 de abril de 1997.

O Chefe do Departamento de Psicologia no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1. Designar os professores abaixo listados para composição da Comissão Especial de Avaliação e Estudos de Viabilidade do Convênio UFF/DETRAN:

- Prof. ELIANA SBARDELINI PERRONE
- Prof. FLÁVIA GUIMARÃES
- Prof. JOSÉ NOVAES
- Prof. JÚLIO CARLOS FIGUEIREDO

2. Esta DTS entrará em vigor na data de sua assinatura.

ANGELA MARIA DIAS FERNANDES
Chefe do GSI

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO Nº 2, de 23 de abril de 1997.

O Chefe do Departamento de Psicologia no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1. Designar os professores abaixo listados para composição da Comissão Especial de Avaliação do PAIUFF (Projeto de Avaliação Institucional da UFF):

- Prof. FRANCISCO DE ASSIS PALHARINI
- Prof. KÁTIA FÁRIA DE AGUIAR
- Prof. ANA LÚCIA MÜLLER COUTO
- Prof. SILVIA CARVALHO JOSEPHSON

2. Esta DTS entrará em vigor na data de sua assinatura.

ANGELA MARIA DIAS FERNANDES
Chefe do GSI

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO Nº 3, de 23 de abril de 1997.

O Chefe do Departamento de Psicologia no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1. Designar os professores abaixo listados para composição da Comissão Especial de Avaliação do Relatório da Comissão de Sistematização do Conselho Universitário:

- Prof. REGINA BENEVIDES DE BARROS
- Prof. JOSÉ NOVAES
- Prof. EDUARDO HENRIQUE PASSOS PEREIRA
- Prof. FLÁVIA GUIMARÃES

2. Esta DTS entrará em vigor na data de sua assinatura.

ANGELA MARIA DIAS FERNANDES
Chefe do GSI

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO - CMO - Nº 08, de 30 de abril de 1997.

O Diretor da Faculdade de Odontologia, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

RESOLVE:

1. Prorrogar os efeitos da DTS nº 04 por mais 30 dias que designou os professores DILMO MELLO LOPES, REYNALDO GOMES DA MOTTA e JAIME JOSÉ DA ROSA FILHO, sob a presidência do primeiro para comporem comissão de sindicância para apuração da veracidade das acusações feitas pelo Coordenador do Curso de Cirurgia Bucal (Extensão) contra a chefia do MOC

2. Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RAUL FERES MONTE ALTO FILHO
Diretor da Faculdade de Odontologia

Ao GAR,

ROBERTO DE SOUZA SALLES
Diretor do Centro de Ciências Médicas



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO Nº 07, de 02 de maio de 1997.

O Chefe do Departamento de Química Geral e Inorgânica, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1. Designar os docentes abaixo relacionados para integrarem a Comissão para Avaliação de Desempenho dos Docentes ELISABETE NÚÑEZ AMIN DICK e WANGLER COMPANS DA SILVA para fins de Progressão Funcional:

REGINA CÉLIA LEME SANTELLI (Presidente)

CARLOS BAUER BOECHAT

SOLANGE GUIMARÃES MOTTA

2. Esta DTS entrará em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO RODRIGUES MATHIAS
Chefe do Deptº de Química Geral e Inorgânica



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO -GEO - Nº 05 de 05 de maio de 1997.

O Chefe do Departamento, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1. Designar os Professores RICARDO ERTHAL SANTELLI Matrícula UFF 04838-1, SIAPE 0305521-2, EMMANOEL VIEIRA S. FILHO, Matrícula UFF 12863-1, SIAPE 6310790-1 e HÉLIO MONTEIRO PENHA Matrícula UFF 06907-0, SIAPE 0307317-2, para sob a presidência do primeiro constituem a Comissão de Elaboração de Proposta de Normas para Afastamento de Docentes do Departamento.

2. A Comissão tem o prazo para entrega até o dia 23 de Maio.

3. Esta DTS entra em vigor a partir desta data.

JORGE JOÃO ABRÃO
Chefe do GEO



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO -GEO - Nº 06 de 07 de maio de 1997.

Êntema: Constitui Comissão de Avaliação Relatório de Atividades de Bolsa BAP/CAPES.

O Chefe do Departamento de Geoquímica no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1. Designar os Professores LUIZ DRUDE DE LACERDA, EDILSON DAUSACKER BIDONE e RICARDO ERTHAL SANTELLI, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Desempenho da bolsa BAP/CAPES do Prof. JORGE J. ABRÃO.

2. Esta DTS entra em vigor nesta data.

RICARDO ERTHAL SANTELLI
Chefe do GEO em exercício



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO- GDO - 02/97 de 06 de maio de 1996.

Ementa: Designa Comissão de Avaliação de Desempenho Docente do Departamento de Documentação.

O Chefe do Departamento de Documentação, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Artigo 39, incisos II e VIII, do Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense,

RESOLVE:

1. Designar as professoras GILDA HELENA ROCHA BATISTA, MÁRCIA JAPOR DE OLIVEIRA GARCIA E MARIA VIRGÍNIA PORTELA CORRÊA, para, sob a presidência do primeiro, proceder a avaliação do Estágio Probatório e do Relatório para progressão funcional da professora CECÍLIA ALVES OBERHOFER.
2. A referida Comissão terá prazo de 30 (trinta)dias para apresentar seu parecer.
3. A presente DTS entra em vigor nesta data.



DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO - GDO - 03/97 de 06 de maio de 1996.

Ementa: Designa Comissão de Avaliação de Desempenho Docente do Departamento de Documentação.

O Chefe do Departamento de Documentação, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Artigo 39, incisos II e VIII, do Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense,

RESOLVE:

1. Designar os professores ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO, CARLOS HENRIQUE MARCONDES DE ALMEIDA E MARIA ODILA KAHL FONSECA, para, sob a presidência do primeiro, proceder a avaliação do relatório para progressão funcional da professora VERA LÚCIA ALVES BREGLIA.
2. A referida Comissão terá prazo de 30 (trinta)dias para apresentar seu parecer.
3. A presente DTS entra em vigor nesta data.

MARA ELIANE F. RODRIGUES
Chefe do Departamento de Documentação



SEÇÃO IV

Portaria do CUV - Nº 17/96

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO GERAL DE SISTEMATIZAÇÃO

Cícero Mauro Fialho Rodrigues
Heitor Luiz Soares de Moura (presidente)
Maria Arnir Pinto Paiva
Maximus Taveira Santiago
Raul de Albuquerque Filho (vice-presidente)
Roberto de Souza Salles
Alexandre Sampaio De Martino (suplente)
Rosana dos Santos Alvarenga
Áurea Celeste Fontana (secretária)



SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	03
II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	04
III - PROCESSO DE CONHECIMENTO	07
1. CONCLUSÕES DAS COMISSÕES	07
2. AUDIÊNCIAS	17
IV - REFLEXÕES DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO	20
V - PROPOSIÇÕES À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	21



I - INTRODUÇÃO

A Comissão Geral de Sistematização, instituída pela Portaria Especial do CUV 17/96, instalou-se no dia 08.10.96, na sala dos Conselhos Superiores da UFF, estando presentes ao ato os professores Cleber Mauro Fialho Rodrigues, Heitor Luiz Soares de Moura, Maria Arair Pinto Paiva, Maximus Taveira Santiago, Raul de Albuquerque Filho, Roberto de Souza Salles, tendo o professor Alexandre Sampaio de Martino como suplente, a servidora Áurea Celeste Fontana, como secretária e Igor Gomes Lepetitgalang como representante do corpo discente.

Como atos iniciais, foram escolhidos os profs. Heitor Luiz Soares de Moura e Raul de Albuquerque Filho, respectivamente, como presidente e vice-presidente da Comissão, e indicado o prof. Alexandre Sampaio de Martino para membro efetivo. Foi também estabelecido o calendário de reuniões que, a princípio semanais, se tornaram bissemanais pela premência de tempo e a grande quantidade e complexidade de dados a serem analisados.

O representante do corpo discente, Igor Lepetitgalang, foi substituído pela aluna Rosana dos Santos Alvarenga.

Como norma de trabalho, optou a Comissão por subsidiar o Conselho Universitário com dados e conclusões de suas reuniões, a cada reunião ordinária desse Conselho.

Ao estabelecer tal rotina de trabalho, visou a difundir informações das idéias geradas nas discussões, propiciando ao Conselho a possibilidade de reflexão e aplicabilidade dessas idéias; algumas de implantação imediata, outras, por sua magnitude de abrangência, demandando maior aprofundamento de discussões.

Após a realização de 20 (vinte) reuniões ordinárias e extraordinárias, a Comissão considera sua atuação próxima ao final.

O relatório, ora apresentado ao Conselho Universitário, compreende cinco tópicos – I - Introdução; II - Considerações sobre a Universidade Federal Fluminense; III - Processo de Conhecimento; IV - Reflexões da Comissão de Sistematização; e V - Proposições à Comunidade Universitária – que tratam, respectivamente, de dar informações gerais sobre a Comissão e seu trabalho, explicitando os meios utilizados na obtenção do conhecimento necessário ao seu trabalho. Por fim apresenta à comunidade universitária, depois de apreciadas pelo Conselho Universitário, as proposições formuladas em decorrência das reflexões alcançadas.

O presente relatório pretende ser instigante, provocador de debates. Não dita verdades; porém, defende um ideário que, acreditamos, possa fazer da UFF uma instituição cônica de seu papel na sociedade, arejada pelas idéias oriundas do debate democrático, pelo enfrentamento ao obscurantismo, que, por décadas, ancorou a Instituição num marasmo de indecisões e cultos à personalidade.

Gerações de oligarcas nos legaram a responsabilidade de conduzir uma instituição combatida, num momento tão crítico, a porto seguro, para reparar os danos infligidos por anos de conivências e concessões de pequenas benesses, como se vivêssemos num grande bazar, ao sabor e interesses dessas oligarquias alternantes.

Esperamos estar virando uma página da história ao propormos a adoção de novas práticas de gestão acadêmico-administrativa para a Universidade Federal Fluminense, priorizando a atividade-fim da universidade, tendo como horizonte a implantação da autonomia, procurando torná-la menos cartorial na sua atuação cotidiana, menos informal e mais responsável, com maior agilidade nas decisões e no fluxo de informações, reforçando a



prevalência da atividade-fim relativamente à atividade-meio, que se transformou num fim em si mesma.

A análise dos relatórios e documentos oriundos das Comissões Especiais antecedentes a esta, assim como depoimentos de membros da administração e de professores que espontaneamente prestaram inestimável serviço à Instituição por seus depoimentos, propiciaram embasamento para as discussões e propostas da Comissão, deixando entrever, entretanto, ainda que tenuemente, a existência de estrutura paralela de poder, que parece pairar acima das ações administrativas regulares, regimentais, englobando o tripé ensino, extensão e pesquisa, articulado das disciplinas à reitoria.

As propostas deverão ser submetidas ao Conselho Universitário e à comunidade universitária em sua totalidade, visando a capilarizar as informações, para que discussões, sob óticas diferenciadas, acrescentem novos dados e retornem a este Conselho para que se consolidem e se transformem no arcabouço da nova universidade.

Tendo como base para sua proposta acadêmico-administrativa a questão de fundo sintetizada na indagação: *"Para que serve e a quem serve a Universidade Brasileira ?"*, a Comissão orientou seus trabalhos em direção à busca da melhor e mais factível política acadêmico-administrativa; para tanto visou a prevalência da atividade-fim de uma universidade socialmente inserida, priorizando as necessidades brasileiras e, portanto, enfatizando o compromisso básico e a responsabilidade cívica na formação de seus alunos e na reciclagem de seus quadros.

Ao reforçar a cadeia de construção/transmissão do conhecimento, procura preparar quadros que tenham a oportunidade e a responsabilidade de erigir e consolidar consciência crítica de suas ações na sociedade, enfrentando os desafios profissionais com competência, dentro dos princípios éticos que devem reger as inter-relações formadoras de uma Nação.

II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A tradicional Universidade latino-americana, oscilando entre o padrão napoleônico e o padrão prussiano, tem como característica fundamental sua divisão em escolas profissionais auto-suficientes, constituídas por cátedras autárquicas. A sua origem histórica lhe confere a solidez reservada às instituições tradicionais, auto-preservadora de interesses cristalizados dos estamentos de origem.

A Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961, que cria a Universidade de Brasília, reflete o conjunto de reflexões de grande parte da intelectualidade brasileira, que, através de suas experiências de vida, conseguiu compor quadro favorável à criação de uma Universidade ligada aos interesses das necessidades brasileiras. Cria, portanto, modelo que segue trajetória apartada das fórmulas tradicionais de modelos universitários de então, cujo protótipo foi a criação da Universidade do Brasil, sem dúvida alguma, antigo anseio da comunidade universitária da época e que tem sua culminância na outorga ao Rei Alberto da Bélgica, em 1922, do título de "Doutor Honoris Causa", como é de praxe neste tipo de visita oficial.

A reforma universitária de 1968 oficializa o sistema de créditos e departamentos de ensino nas Universidades federais, que, sob a égide de conferir maior dinamismo ao sistema de cátedras, viés acadêmico das capitâneas hereditárias, asfixiador do currículo seriado. A nova



organização veio dificultar a visão de conjunto do estudante e dos docentes, de sua profissão e das implicações sociais da sua atuação profissional, redundando nas superespecializações do saber com reflexos danosos no exercício das profissões.

Em realidade, ocorre uma superposição, até hoje não resolvida, de conceitos curriculares não totalmente excludentes nos seus pontos positivos, porém, incompatíveis se contrapostos como dissimulação de confronto ideológico, que alicerça a criação do sistema de créditos.

Do mesmo modo, as esperadas qualidades de agilização burocrática da estrutura departamental não podem ser confrontadas com o tão apregoador autoritarismo das cátedras, o que não nos impede certo olhar sobre o departamento e suas disciplinas, as antigas "cadeiras", como foco potencial de ações plutocráticas, de corporativismo negativo e do mau desempenho administrativo, diluidor que é de responsabilidades pela coletivização das convências, sob a falsa égide de "gestão democrática".

A criação da UFF deu-se de forma precária pelo agrupamento de uma série de escolas isoladas como universidade do antigo Estado do Rio de Janeiro, tendo Niterói como capital e ponto de maior atuação durante décadas. Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária figuram como das faculdades mais antigas em atuação.

A fusão, em 1975, dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, realizada por motivos subalternos, num atentado ditatorial à soberania de suas populações, transformou a UFF em mais uma universidade pública federal junto a UFRJ e UFRRJ às quais se agregou, alguns anos mais tarde, mais uma criação do regime ditatorial - a Uni-Rio.

Portanto, são ao todo quatro universidades federais num único estado da federação. Sendo que, das quatro pelo menos três delas - UFF, UFRJ e UNI-RIO - têm o mesmo perfil de atuação, ao qual se agrega a UERJ.

Existem, portanto, cinco universidades públicas ao redor da baía da Guanabara. Cremos ser este um ponto para profunda reflexão, com vistas à futura autonomia universitária das Universidades federais.

A influência da UFF no município de Niterói e em outros municípios tem grande impacto de atuação tanto nas ações de ensino, extensão e pesquisa, em praticamente todas as áreas do conhecimento existentes na Universidade, quanto no desenvolvimento de parcerias com Prefeituras.

O Centro de Assistência Judiciária da UFF (CAJUUF), que serve de campo de estágio para graduandos em Direito, atende à população carente de Niterói, possibilitando-lhe o acesso à Justiça.

As ações da Faculdade de Educação em Angra dos Reis na área de Pedagogia e em Niterói com a viabilização do PROALE (Programa de Alfabetização e Leitura) e PROINÊ, em conjunto com a Faculdade de Serviço Social de Niterói, assim como de programas voltados para a terceira idade e que têm pouca visibilidade e divulgação, dentro e fora dos muros da Universidade.

Iniciativas como o "Espaço Avançado da Terceira Idade", que congrega atividades interdisciplinares das Faculdades de Serviço Social, Educação, Educação Física e Psicologia, necessitam não só reconhecimento, mas estímulo para que possam expandir e aprimorar sua inserção social.

O "Espaço UFF-Ciência", é projeto de extensão de alunos dos cursos de graduação para o ensino de Ciências, Biologia, Matemática, Química e Física, que tem como população-alvo estudantes secundários carentes. Importantíssimo, também, não só por sua inserção social



mas por ser da iniciativa dos D.As. de Química e Matemática, é um curso pré-vestibular destinado a alunos comprovadamente carentes e que funciona nas salas cedidas pela Faculdade de Nutrição desde o ano de 1996.

Importante notar o encaminhamento do Departamento de Serviço Social de Campos, com o viés de atuação agrária, bastante voltado para as características da região.

De fundamental importância a inserção dos cursos de Pós-Graduação, alguns com classificação "A" na CAPES e CNPq que, em algumas áreas de atuação, posicionam a UFF entre as Universidades públicas federais que realizam pesquisas de ponta, a nível internacional.

Relevantes também os convênios internacionais, não só os celebrados com países desenvolvidos, o que muito nos engrandece, mas em especial os celebrados com países da África Portuguesa e que, apesar de no momento se restringirem à área da Educação, podem e devem ser expandidos para outras áreas do conhecimento, em particular para a área da Saúde.

Devemos trocar experiências com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Niterói, no tocante a convênios de cooperação com Cuba, para a troca de tecnologias de produção de vacinas, controle de endemias sem degradação ambiental e gestão alternativa dos sistemas de Saúde.

Ainda na área da Saúde, a história do Hospital Universitário Antonio Pedro, ao longo de meio século, constitui-se em fator cultural que dificulta a reorientação das demandas e funciona como pólo de atração para os demais Municípios da vertente levantina da baía da Guanabara. Não obstante o incremento substancial da atuação da Prefeitura Municipal nas últimas administrações, com evidente melhoria na qualidade e quantidade de serviços ofertados, em especial na introdução de novos conceitos e técnicas de gerenciamento, com importantes parcerias com a Universidade em seu desenvolvimento, não houve, ainda, reorientação de demanda.

A universidade dispõe do HUAP, único hospital geral do Município, único Serviço de Emergência terciária do Município e da Região, até poucos meses atrás, única maternidade pública, hoje, única maternidade para gestantes de alto risco, pública ou privada, única UTI neonatal pública, único CTI público ligado a um hospital geral com Serviço de Emergência e que é historicamente o "hospital" de Niterói, ainda reflexo cultural dos tempos de antiga capital estadual.

Merece destaque a parceria desenvolvida entre a Faculdade de Nutrição e a Secretaria Municipal de Educação no controle de qualidade de Merenda Escolar do Município de Niterói.

O orçamento da UFF é maior que os orçamentos dos Municípios de Niterói e São Gonçalo somados, tendo, por sua folha funcional e número de alunos e funcionários, peso específico na economia destes Municípios.

Com a conquista da autonomia, afigura-se a possibilidade de transfigurarmos a universidade, empregando seus próprios recursos intelectuais num debate sobre a responsabilidade ética da ciência e da técnica, para que exercendo de forma não subalterna seu papel na sociedade, nela influencie e seja por ela influenciada.

A construção de aliança, fortalecida pela retroalimentação, visando a mudanças impulsionadoras e socialmente significativas, deverá existir para que não carreguemos o peso moral, insuportável, de continuarmos a permitir a venda de talentos e habilidades somente a quem os possa converter em lucro, beneficiando uma minoria, enquanto grande parte da população, pontualmente a menos favorecida socialmente, não tem acesso ou compartilhamento dos benefícios desses conhecimentos, que de algum modo ajudou a construir.



Uma das vias possíveis de ruptura desta estrutura cristalizada, dar-se-á pelo acontecimento da conquista da opinião da maioria de seus corpos docente, discente e técnico-administrativo, caminhando em direção à conscientização mais nítida da pouca eficiência da Universidade em atingir os fins a-que se propõe.

O modelo atual de "educação bancária", como analisado por Paulo Freire, propositalmente alienante, é fator decisivo para concepção estrutural do gerenciamento acadêmico-administrativo e encontra-se claramente esgotado, não tendo havido ainda a percepção da dimensão do problema por todos os segmentos da estrutura universitária.

Este alheamento, em parte motivado por uma conceituação burocrática e não lúcida da Universidade, vem levando ao aparecimento de conflitos internos de tal magnitude, que têm redundado em ações que desembocam num movimento entrópico, quase autofágico.

É essencial a percepção de que as mudanças, eventualmente ocasionadas pelo mecanismo de ruptura que ousamos propor, podem-se posicionar tanto a favor quanto contra os interesses e necessidades da universidade brasileira pública, qualificada e socialmente produtiva que objetivamos; caber-nos-á determinar a direção, velocidade e profundidade das mudanças desejadas. Tomar os destinos da instituição em nossas mãos e compartilhá-lo com a sociedade é um papel que nos cabe e do qual não podemos abdicar.

As modernizações globalizantes, impostas de forma e ritmo cada vez maiores, não nos têm permitido pensar uma universidade fora dos padrões históricos conhecidos, tradicionalmente pouco ágil e eficaz. Necessário se faz aprofundar as discussões de forma produtiva alcançando "o pensar e o ver" além de nossas fronteiras pessoais e geográficas.

As circunstâncias nos colocam frente à oportunidade, poucas vezes percebida e imaginada, de tomarmos o destino em nossas mãos, procurando repensar criticamente a Universidade desde suas bases e reconstruí-la conceitualmente, como passo inicial para a recomposição estrutural e organizacional de uma sociedade justa e democrática

III - O PROCESSO DE CONHECIMENTO

III. 1 - CONCLUSÕES DAS COMISSÕES

III.1.1. COMISSÃO ESPECIAL DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

A Comissão Especial de Assuntos Acadêmicos, designada pelo Reitor pela Portaria do CUV nº 14/96, de 21 de maio de 1996, teve a seguinte composição: Profa. Esther Hermes Lück (presidente), Profa. Célia Frazão Soares Linhares, Prof. Cláudio Rocha Lopes, Prof. Luiz Antônio Botelho de Andrade, Profa. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Profa. Ana Maria Lopes Pereira (suplente), aluna Cristiane Leal Pereira e pela funcionária Leila Maria Lima Botelho (secretária).

Transcrevemos a seguir as conclusões que apresentou:

A nossa avaliação procura valorizar o triângulo ensino, pesquisa e extensão - atividades-fim da Universidade.

Assim, não pretende construir mais uma instância meramente controladora mas, ao contrário, assegura os meios para que os Departamentos de Ensino e Coordenações de Curso possam, de fato, expor publicamente o trabalho que realizam diariamente.



Para que o trinômio ensino-pesquisa-extensão opere convenientemente, é fundamental que o setor administrativo - atividades-meio - assegure um fluxo amplo, permanente, confiável e atualizado de informações. Neste sentido, vários problemas foram levantados e propostas foram apresentadas, consideradas por nós fundamentais e viáveis de serem implementadas.

Qualquer que seja o modelo de avaliação a ser definido pela UFF é imprescindível a existência de informações confiáveis e de um projeto político-acadêmico da Instituição. Entendemos como fundamento deste projeto a definição das atividades-fim como instâncias que discutem, rediscutem, propõem, definem, avaliam, reavaliam os rumos da Universidade e as atividades-meio como instâncias que facilitam, articulam, aglutinam, impulsionam e viabilizam este projeto comum.

Há, atualmente, um projeto de avaliação aprovado pelo MEC a ser implementado pela PROAC. Apesar de ter sido realizado em regime de urgência, o projeto objetiva uma avaliação institucional interna e externa de parte razoável. Seu sucesso depende, ao nosso ver, de sua capacidade de fomentar a consolidação e atualização das informações nos próprios locais de sua produção - Departamentos de Ensino e Coordenações de Curso - assim como de lastrear-se efetivamente num projeto político-acadêmico que corresponda à nossa Universidade.

III.1.2. COMISSÃO ESPECIAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A Comissão Especial de Assuntos Institucionais, designada pelo Reitor pela Portaria CHV nº 13/96, de 21 de maio de 1996, foi composta pelos seguintes Conselheiros: Acyr de Paula Lobo (vice-presidente), Antonio Fontana, José Jairo Araújo de Souza (presidente), Luis Filipe Ribeiro, Luiz Antônio dos Santos Cruz, Roberto Dias de Alvarenga, Stella Maria Pereira de Gregório, Isabel Cristina Eiras de Oliveira (suplente), Aurea Celeste Fontana (secretária).

Transcrevemos a seguir as conclusões que apresentou:

A Comissão Especial de Assuntos Institucionais foi constituída para proceder a uma análise completa do Organograma da Universidade Federal Fluminense, das normas e regulamentos que disciplinam suas atividades, propondo as alterações que entendesse necessárias. Nesse sentido foram encaminhadas as discussões e, além do anteprojeto de alteração do Estatuto, a seguir apresentado, merecem destaque algumas propostas aprovadas no decorrer das reuniões:

- * Cada curso de graduação e de pós-graduação terá uma única direção executiva;
- * Princípios a serem observados no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão: integração entre o ensino, a extensão e a pesquisa; utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade de modo que não haja duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; economicidade e interesse público;
- * Os órgãos responsáveis pelas atividades-fim passarão a ter três níveis de chefia;

- * *Extinção das Pró-Reitorias existentes e criação de duas, sendo uma de Assuntos Acadêmicos (PROAC) e outra de Assuntos Administrativos (PROAD);*
- * *Criação de cinco Áreas de Conhecimento divididas em Faculdades ou Institutos ou Escolas;*
- * *Cada Área de Conhecimento terá um diretor, um vice-diretor e um colegiado, composto pelos diretores de Faculdade/Instituto/Escola, por um representante dos professores de cada Faculdade/Instituto/Escola, com representação estudantil e dos servidores técnico-administrativos;*
- * *Cada Faculdade/Instituto/Escola terá um diretor, um vice-diretor e três coordenadores, vinculados à Direção, sendo um de ensino, um de extensão e um de pesquisa, envolvendo graduação e pós-graduação;*
- * *Os professores serão agrupados em Setores de Conhecimento, sem que haja uma chefia com função gratificada. Os colegiados serão compostos por professores representantes dos diversos setores;*
- * *Integrarão a Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos as atividades relacionadas com pessoal; contabilidade e finanças; material e patrimônio; transporte; comunicação administrativa, protocolo e arquivo;*
- * *A Prefeitura dos Campi, vinculada diretamente ao Reitor, terá as seguintes atribuições: obra, manutenção, vigilância, limpeza, zeladoria e desenvolvimento de estudos e projetos visando à expansão física da Universidade;*
- * *Os núcleos que exercem somente atividades de extensão serão vinculados a Centros ou Unidade Universitária, levando em consideração a área de atuação;*
- * *O presidente e o vice-presidente do Conselho Universitário serão eleitos entre seus membros;*
- * *Para a criação de Setores de Conhecimento, vinculados às Unidades Universitárias, serão exigidas condições mínimas, tais como abrangência da área de conhecimento, número de docentes, suporte administrativo (recursos humanos e físicos);*
- * *A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos será composta dos seguintes órgãos:*
 - I. Coordenadoria de Ensino,*
 - II. Coordenadoria de Extensão,*
 - III. Coordenadoria de Pesquisa,*
 - IV. Coordenadoria Capacitação Docente,*
 - V. Coordenadoria de Seleção Acadêmica,*
 - VI. Divisão de Administração Escolar;*
- * *A Prefeitura dos Campi será composta dos seguintes órgãos:*
 - I. Divisão de Projetos e Obras,,*
 - II. Divisão de Manutenção,*
 - III. Divisão de Vigilância e Zeladoria;*
- * *Ninguém pode se candidatar a mais de um cargo ou representação em um mesmo processo eleitoral, seja como titular ou suplente;*
- * *É da competência exclusiva do Reitor a iniciativa de proposta aos Conselhos Superiores que implique em aumento de despesas para a Universidade;*

- * *As solenidades de formatura serão presididas pelo Reitor e deverão atender às normas fixadas pela Pró-Reitoria Acadêmica;*
- * *é atribuição dos Colegiados de Unidade a organização e planejamento de programas de afastamento para aperfeiçoamento de docentes;*
- * *Os suplentes dos membros dos Conselhos Superiores serão automaticamente suplentes dos respectivos titulares quando estes forem designados para Câmaras Especializadas ou Comissões Especiais;*
- * *A Pró-Reitoria Administrativa terá em sua estrutura um órgão específico de capacitação dos servidores técnico-administrativos;*
- * *Propor a criação de Comissões para:*
 1. *prosseguir com os trabalhos desta Comissão, em seus aspectos complementares, com base no que for decidido pelo CUV, compreendendo:*
 - a) *organograma geral,*
 - b) *distribuição de F.C.s e C.D.s,*
 - c) *regimentos,*
 - d) *situação dos núcleos existentes,*
 2. *Oriximiná,*
 3. *HUAP,*
 4. *estabelecimento de novos procedimentos para as atividades rotineiras.*

III.1.3. COMISSÃO ESPECIAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

A Comissão Especial de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais, designada pelo Reitor pela Portaria CUV 15/96 de 21 de maio de 1996, foi composta pelos seguintes Conselheiros: Humberto Fernandes Machado, José Sebba, Maria Cecília Bastos Vieira Souza, Maria Felisberta Baptista da Trindade, Pedro Alfredo de Moraes Lentino, Rosana dos Santos Alvarenga (aluna) Rute Ferreira Santos (servidora) e como membro suplente a Conselheira Laura Cavalcante Padilla.

Durante a primeira reunião foi indicado o Prof. Pedro Alfredo de Moraes Lentino presidente da Comissão, tendo se tornado membro efetivo a Profª. Laura Cavalcante Padilla em substituição ao Prof. José Sebba, passando a ser secretariada a Comissão pela servidora Silvana Marongiu.

Transcrevemos a seguir as conclusões que apresentou:

A análise geral dos dados referentes ao Pessoal Docente da UFF levou às seguintes considerações principais:

REGISTROS

1. *67,3% dos docentes da UFF são doutores e mestres.*
2. *52,5% estão enquadrados na classe de professor adjunto, sendo 72% destes constituídos por mestres ou doutores.*
3. *84,3% das assistentes são mestres.*
4. *83% dos titulares são doutores.*
5. *12,1% do pessoal docente encontra-se afastado, sendo predominantes os casos de afastamento para capacitação no país (6,0%) e no exterior (3,0%).*

6. Levantou-se que há docentes afastados com manutenção de função gratificada, não tendo sido possível detectar se eram afastamentos curtos ou de longa duração, por insuficiência dos dados fornecidos.
7. Quanto ao regime de trabalho tem-se 68,72% de docentes em DE, 13,60% em 40 horas e 16,70% em 20 horas.

PROPOSIÇÕES

1. Estabelecimento de uma política de pessoal docente na UFF que leve em conta a qualificação acadêmica e crie formas de ascensão ao nível de Titular.
2. Estabelecimento de critérios unificados para progressões horizontais e verticais na UFF. Tais critérios deverão orientar as Comissões Departamentais no processo de avaliação dos relatórios de desempenho dos professores, encaminhados à CPPD para análise.
3. Levantamento da carga horária docente por atividade(ensino, pesquisa, extensão, administração, assistência etc...), de acordo com o modelo inicial do SAD, mantendo-se as informações restritas ao âmbito da Universidade, para efeito de planejamento e de levantamento de custos de cada uma destas diversas atividades na UFF.
4. Regularização da situação dos docentes sem lotação definida e verificação da situação de seus afastamentos.

.....

A análise geral dos dados referentes ao Pessoal Técnico-Administrativo da UFF levou às seguintes considerações principais:

REGISTRO

1. As atividades-meio (Reitoria/Administração central) concentram:
 - o maior percentual de funcionários em geral. Excluindo-se o HUAP, são 57,4%;
 - os servidores técnico-administrativos;
 - cargos e funções gratificadas.
2. Quanto a afastamentos de diversas naturezas:
 - 2% dos funcionários da UFF encontram-se em situação de afastamentos oficiais;
 - há apenas um registro de "auxílio doença", o que provavelmente não corresponde à realidade;
 - os principais motivos de afastamento são:
 - tipo 140: no país com ônus
 - tipo 132: opção por outro cargo (acumulação lícita), sendo este tipo concentrado em determinado setor do HUAP.
 - há casos de técnico-administrativos afastados que constam como recebedores de função gratificada, mesmo por tempo longo.
 - há casos de técnico-administrativos em 20 ou 30h que percebem função gratificada, o que pode ser uma especificidade do cargo ou não.



3. Há informações incorretas relacionadas aos Departamentos conhecidos pelos membros da Comissão. Isto leva a crer que, de um modo geral, toda a listagem apresenta incorreções quanto às informações fornecidas.

PROPOSIÇÕES

1. Levantamento preliminar, através de Censo, determinando quantos são, quais são, onde estão, e o que estão fazendo os servidores técnico-administrativos.
2. Estabelecimento de uma política de Recursos Humanos para a UFF.
3. Relação de servidores técnico-administrativos, observando-se especificidades, de modo a que destine 65% do quadro para as atividades-fim.
4. Verificação dos casos de afastamentos de técnicos administrativos em 20h ou 30h e daqueles afastamentos mantendo funções gratificadas.
5. Elaboração de um novo quadro de Gratificações (FG e CD) considerando preliminarmente as atividades-fim, inclusive as subchefias e vice-direções de Departamentos, Coordenações, Unidades e Centros.

(Obs.: anotamos a existência do Relatório Final executado pela Comissão CUV 12/92, de 07.10.92 e aprovado pelo Conselho sem ter sido implementado.

REGISTROS

1. Embora utilizando-se como fonte documentos oficiais da Universidade, em vários casos o que se obtém é uma versão burocrática da efetiva despesa realizada. Isto em consequência natural da adoção de técnicas orçamentárias corretas, mas sem maior preocupação efetiva com a contabilidade dos custos setoriais.

Não há condições de se levantar os custos por Centros, Pró-Reitorias, Unidades Administrativas, Unidades de Ensino, Cursos, Departamentos de Ensino e por atividades de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e/ou Extensão.

2. Em 1996, exercido em curso, o orçamento foi elaborado para as Universidades por técnicos do Ministério da Educação e do Desporto, que fixou seus valores e indicou onde e como deveria ser realizada a despesa. Cabe ressaltar que não houve qualquer participação de técnicos e professores da UFF no Encaminhamento da Proposta.

PROPOSIÇÃO

1. Que se estabeleça um subsistema de planejamento na UFF, tendo como órgão central uma Assessoria de Planejamento, que se relacione com Centros Acadêmicos, Pró-Reitorias etc., através de Assessorias Setoriais. Este sistema seria responsável pela democratização na elaboração do orçamento e por sua operacionalização.

Neste ponto cabe uma reflexão sobre a política adotada para manutenção e localização das Unidades Gestoras Plenas e suas Comissões de Licitação, e a respeito da Assessoria Jurídica, da Câmara de Orçamento e Finanças do CUV e do Conselho de Curadores.

III.1.4. RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PELO PRESIDENTE DO CUV, ATRAVÉS DA PORTARIA 12/92 DE 07 DE OUTUBRO DE 1992 COM A FINALIDADE DE ELABORAR ESTUDOS REFERENTES À DISTRIBUIÇÃO DE CD's E FG's DA UFF

A Comissão Especial instituída pela Portaria nº 12/92, após estudos e análise do quadro distributivo dos Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG), conforme Portaria nº 16.688 de 09/12/91, estabeleceu as diretrizes abaixo que nortearam seu trabalho, a saber:

- Prevalência das funções e cargos investidos de mandato e decorrentes de eleições pela respectiva comunidade;

- Prevalência das funções relacionadas às atividades-fim em relação aquelas atinentes às atividades-meio;

- Alocação diversificada de maior número de funções nos Centros, Unidades, Departamentos e Coordenações, de modo a garantir a estes níveis, maior eficácia de trabalho e melhor resposta à demanda direta e predominante que lhes é natural;

- Buscar contemplar as áreas laboratoriais de ensino e pesquisa com funções que signifiquem estímulo à responsabilidade e ao aperfeiçoamento técnico dos servidores e melhor atendimento às demandas de alunos e professores;

- Buscar a simplificação da estrutura, evitando-se a duplicação e superposição de funções idênticas em órgãos diferentes;

- Buscar uma hierarquização que contemple não só os diferentes graus de responsabilidade das funções e órgãos, mas que evite a distorção dos processos decisórios na Universidade;

- Condicionar a implantação ou manutenção de funções de Coordenação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação a uma avaliação que leve em conta a demanda histórica destes Cursos e os parâmetros qualitativos estabelecidos pela Universidade ou por organismos especializados, como a CAPES;

Além dessas diretrizes, a Comissão buscou-se nas seguintes considerações:

que a estruturação dos Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG) da UFF, tal como estabelecida pela Portaria nº 16.688, publicada no Boletim de Serviço nº 28, de 10.02.92, apresenta uma série de lacunas e distorções em relação aos princípios e critérios que devem nortear a funcionalidade e a hierarquia administrativa da Universidade;



- que a Portaria não foi precedida das necessárias e amplas discussões com os diversos setores, administrativos e acadêmicos, bem como submetida à apreciação do Conselho Universitário;

- que são observadas várias lacunas na nomeação destes cargos, dentre estas destacando-se a relativa aos Vice-Diretores de Centro e de Unidade, elementos fundamentais na administração destes órgãos, além de revestidos de mandato decorrente de eleições,

que vários Departamentos de Ensino e Coordenações de Curso de Graduação ou Pós Graduação, embora já implantados oficialmente e em pleno funcionamento não foram consignados com as competentes Funções Gratificadas para seus Chefes, Coordenadores e respectivos Secretários, criando-se, assim, situação anômala face aos princípios da isonomia funcional,

- que a comunidade universitária vem enfatizando a urgente necessidade de proceder a uma reestruturação que não só harmonize a Universidade com as recentes exigências legais, mas atualize sua estrutura administrativa de acordo com as mudanças e desafios dos novos tempos;

- que a Portaria nº 16.688 de 09/12/91 propôs uma Reforma Administrativa na Universidade, sem a devida apreciação e posterior aprovação do Conselho Universitário, sem atendimento ao Estatuto e o Regimento Interno, tendo em vista, a urgência de encaminhamento à SENE/SU dos quantitativos de CD's e FC's desta Universidade;

- enfim, que esta reformulação deve ser realizada buscando a participação dos setores envolvidos, tanto acadêmicos como administrativos, e no mesmo tempo buscando-se a correção das lacunas concretamente detectadas.

Diante dessas diretrizes, considerações e estudos feitos, a Comissão propõe a seguinte Decisão no Conselho Universitário:

1º) Aprovar a proposta de Distribuição de CD's e de FC's, apresentada por esta Comissão, com base na "Tabela de Equivalência", encaminhada pela SENE/SU anexa ao Ofício nº 47/91 de 15/04/91.

2º) Aprovar gratificações, conforme listagem anexa, referentes a Funções ou Órgãos legalmente existentes à época da implantação do Plano Único (conforme Ofício Circular nº 47/91 - SENE/SU de 15/04/91, não contemplados pela Portaria).

3º) Anular os Cargos de Direção (CD's) e Funções Gratificadas (FC's) constantes da Portaria nº 16.688 de 09/12/91 e não existentes anteriormente.

4º) Sugerir ao Magnífico Reitor a apresentação ao CUV de um Projeto de Reestruturação Administrativa na Universidade Federal Fluminense.



Comissão Especial do CUV sob Portaria 12/92

Cargos de Direção		
Reitor	1	CD-1
Vice-Reitor	1	CD-2
Pró-Reitores	4	
Diretores de Centro Universitário	4	CD-3
Diretores de Unidade Universitária	22	
Diretor do Departamento de Pessoal	1	
Procurador Geral	1	
Diretor do IUIAP	1	
Diretor do LURA	1	
Vice-Diretores de Centro Universitário	4	
Vice-Diretores de Unidade Universitária	22	
Diretor do Núcleo de Documentação	1	CD-4
Diretor do Núcleo de Processamento de Dados	1	
Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças	1	
Diretor do Departamento de Assistência Social	1	
Diretor do Escritório Técnico do Campus	1	
Coordenador Geral do COSEAC	1	
Total	60	



Comissão Especial do Conselho Universitário

Tabela Atual

Cargo	Quant.	Valor	Total
CD-1	1	14900152,90	14900152,90
CD-2	0	13913564,24	03481305,44
CD-3	19	12109939,62	230088052,70
CD-4	45	7369717,62	331502292,90
FG-1	139	2042426,44	201854040,72
FG-2	0	1744172,02	0,00
FG-3	11	1445047,79	15095525,69
FG-4	96	1057092,93	101400921,28
FG-5	115	813149,23	93512161,45
FG-6	30	584332,72	22204643,36
FG-7	170	446172,26	75849284,20
FG-8	15	330490,04	4957470,60
FG-9	0	267826,76	1606960,56
Total	660		1257334499,00

Tabela Proposta

Cargo	Quant.	Valor	Total
CD-1	1	14900152,90	14900152,90
CD-2	1	13913564,24	13913564,24
CD-3	31	12109939,62	375400120,22
CD-4	35	7369717,62	257935110,70
FG-1	139	2042426,44	283097275,16
FG-2	5	1744172,02	8720864,10
FG-3	15	1445047,79	21675716,05
FG-4	24	1057092,93	25370230,32
FG-5	46	813149,23	37404864,58
FG-6	32	584332,72	18690647,04
FG-7	154	446172,26	68710520,04
FG-8	26	330490,04	8592949,04
FG-9	0	267826,76	0,00
Total	509		1135120037,19

Ficam destinados a Adm. Central incluindo órgãos suplementares 161 cargos equivalente a um montante de
 Cr\$ 122.206.462,69

25 de novembro de 1992



III. 2 - AUDIÊNCIAS

Foram realizadas audiências com os Presidentes das Comissões antecedentes ou seus representantes legais, com professores membros do Conselho Universitário, com o Magnífico Reitor e com os Pró-Reitores, cujas conclusões serão apresentadas a seguir, encontrando-se nos anexos as cópias das atas onde se deram tais explanações.

III.2.a. - Presidentes das Comissões:

Reunião dia 17. 10.96

Comissão Especial de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais - Cons. Pedro Alfredo de Moraes Lentino

Comissão Especial de Assuntos Acadêmicos - Cons. Esther Hermes Lilek

Comissão Especial de Assuntos Institucionais - Cons. José Jairo Araujo de Souza

Estiveram presentes à segunda reunião ordinária da Comissão de Sistematização, prestando esclarecimentos sobre pontos conflitantes constantes dos relatórios de suas Comissões, colocando-se ao dispor desta Comissão para futuros esclarecimentos.

III. 2.b. - Conselheiros Convidados

Reunião dia 31. 10. 96

Renata del Vecchio - progressão horizontal e vertical na UFF; fez comentários sobre a progressão de docentes na UFF e esclareceu que a CPPD encaminhou ao CEP projeto com critérios para progressão vertical mas que até a presente data ainda não foi votado. Em abril foi designada uma Comissão CEP para análise do projeto.

Maria Cecília Bastos Vieira Souza - censo dos servidores; apresentou o relatório final da Comissão Especial designada pela Portaria CUV 12/92, de 17.10.92 para elaborar estudos referentes à distribuição de CDs e FCGs da UFF. Esclareceu que as propostas contidas no relatório foram aprovadas sem, entretanto, terem sido, até hoje, implementadas.

Humberto Fernandes Machado - política orçamentária; fez algumas colocações sobre a política orçamentária e sugeriu que o Dr. Walter Pinho e sua assessora, Dra. Miriam, além do prof. Lentino fossem convidados a participar da próxima reunião para uma discussão mais abrangente sobre o assunto.

III.2.c. - Pró-Reitor de Planejamento

Reunião dia 07. 11. 96

Prof. Pedro Lentino ressaltou pontos discutidos na Comissão por ele presidida:

- * os reitores implementaram grandes avanços para Universidade;
- * o quadro acadêmico é muito avançado, superando a previsão para os próximos oito anos;
- * a questão orçamentária, que é peça fundamental em todo processo de autonomia, é ainda decidida no terceiro e quarto escalões;



- * os recursos são concentrados nas atividades-meio;
 - * do ponto de vista técnico, a UFF é muito bem servida mas não existe planejamento institucional, e a política orçamentária é de caráter institucional e não técnica;
 - * um dos processos fundamentais é a descentralização do orçamento;
 - * não existe fluxo de informações;
 - * é necessário uma sintonia entre as áreas administrativa, financeira e orçamentária e sugeriu que as propostas apresentadas no relatório final da Comissão fossem discutidas com o Magnífico Reitor para posterior encaminhamento à aprovação do CUV.
- Pró-Reitor de Planejamento e sua equipe esclareceram que:
- * o orçamento de 1996 foi definido pelo MEC;
 - * o orçamento das Universidades não é suficiente, há falta de recursos;
 - * a descentralização de recursos já foi iniciada desde o princípio da gestão do atual Reitor, com repasse para os Centros Universitários;
 - * a política do atual Reitor é a descentralização: proposta de criação de quatro unidades gestoras - os Centros Universitários.

III.2.d. - Magnífico Reitor da UFF

Reunião dia 14.11.96

- * O Prof. Heitor, presidente da Comissão de Sistematização, apresentou ao Magnífico Reitor, Prof. Luiz Pedro Antunes, as propostas constantes do relatório final da Comissão Especial de Assuntos Administrativos, Financeiros e Patrimoniais, relativas a orçamento, para posterior encaminhamento à aprovação do CUV;
- * Explicou ainda o Prof. Heitor que havia duas propostas específicas que eram a criação da Assessoria de Planejamento, ligada diretamente ao Reitor, e da implantação de um subsistema no orçamento, para acompanhamento e controle;
- * o Prof. Heitor esclareceu que, de acordo com a decisão da Comissão de Sistematização, as propostas apresentadas pelas três Comissões Especiais seriam encaminhadas paulatinamente ao CUV: das mais simples (de execução imediata) para as mais complexas.
- * O Magnífico Reitor confirmou a sua posição quanto à necessidade de mudanças na estrutura da UFF, dizendo que este é o momento adequado, oportuno de se propor, analisar, discutir, e aprovar essas mudanças, que terão o seu inteiro apoio. Comentou sobre a dinâmica aprovada pela Comissão de Sistematização de encaminhamento paulatino à aprovação do CUV das propostas mais simples, de execução imediata: "É preciso agilidade nas transformações" disse ele.

III.2.e. - Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos

Reunião dia 19.12.96

A Profa. Maria Helena disse que a PROAC:

- * é um órgão de assessoramento ainda que execute inúmeras atividades;
- * dá apoio ao ensino de graduação, como por exemplo, coordenando e assessorando as idéias dos departamentos de ensino e coordenações no que se refere a currículo; controlando a parte legal de estágios e monitorias;



* é o órgão central de admissão e registro de toda vida acadêmica dos alunos de graduação (através do DAI), expede os diplomas de toda UFF (de graduação e de pós-graduação) e registra os diplomas de todas as Faculdades e Universidades do antigo Estado do Rio de Janeiro;

* tem uma subcoordenadoria de avaliação institucional integrada por um grupo de funcionários e estagiários das três pró-reitorias acadêmicas;

* tem uma Coordenadoria de Projetos Especiais que coordena, supervisiona e dá apoio a programas especiais.

III.2.f. - Pró-Reitor de Extensão

Reunião dia 19.12.96

Representada pelo Prof. João José Neves Marins

* as mudanças são fundamentais mas que a fusão de uma estrutura administrativa não caracteriza a integração;

* a extensão é a integração do ensino e da pesquisa com a comunidade;

* a educação permanente é eminentemente da área da extensão;

* a PROEX tem três Coordenadorias - Saúde e Assistência Social; Meio Ambiente e Ciências Agrárias; Educação e Cultura - que se articulam com os Centros Universitários para execução das atividades;

* tem também um Conselho, cuja Câmara Técnica é integrada pelos Coordenadores da PROEX e por Assessores dos Centros Universitários.

III.2.g. - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Reunião dia 09.01.97

Representado pela Profa. Gisleine Neder

* a PROPP está dividida em quatro coordenadorias, que se relacionam basicamente com as agências de fomento (CNPq e CAPES):

a) de Pós-Graduação;

b) de Capacitação Docente.

c) de Pesquisa;

d) SAI - ligada às compras

* tem um Comitê Assessor (Conselho Consultivo) que julga os projetos, o currículo dos professores;

* os órgãos de fomento enviam, nos anos ímpares, o GRPS para cadastro dos grupos de pesquisa e nos anos pares eles divulgam este catálogo;

* atualmente há 98 grupos de pesquisa, um total aproximado de 400 projetos;

* os cursos de pós-graduação dependem das agências de fomento;

* anteriormente, o CNPq financiava projetos individuais mas nos últimos seis anos houve uma tendência em priorizar projetos integrados.



IV - REFLEXÕES DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Creemos ser chegado o momento de discutirmos o modelo curricular da graduação, adotado para as Universidades pela reforma de 1968, que contemplava uma estratégia e uma filosofia que, quase 30 anos após, urge readequarmos às necessidades brasileiras atuais. Certamente estas diferem em muito das solicitações sociais daquela época, inclusive, pela extensão e profundidade do fosso social criado por sucessivas políticas excludentes.

A mudança do currículo seriado para o sistema de créditos, juntamente com a criação da estrutura departamental, sob a perspectiva de melhor aproveitamento das "ociosidades" então existentes, e que não foi compartilhada com a comunidade acadêmico-universitária, pulverizou as grandes turmas de alunos, diluindo a formação de novas lideranças estudantis, fundamentais no processo de renovação de uma sociedade. Na reavaliação da estrutura da Universidade, que ora propomos, é interessante indagarmos qual escola de terceiro grau das Forças Armadas (Escola Naval, Academia das Agulhas Negras, Academia da Força Aérea, Instituto Tecnológico de Aeronáutica - I.T.A e Instituto Militar de Engenharia - I.M.E) ou das Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), teve implantado o currículo por créditos, em detrimento do currículo seriado.

Há necessidade de entendermos que a implementação do currículo por créditos, prioritariamente nas escolas civis de terceiro grau, obedecia à lógica instrumentalizada pela doutrina de segurança nacional, vigente no regime de arbítrio de então, cujos efeitos nas estruturas da sociedade, e particularmente nas Universidades, como um corte verticalizado desta sociedade, ainda não conseguimos avaliar por completo.

Ao propormos a implantação de níveis decisórios mais eficazes, acompanhamos a conclusão da Comissão de Assuntos Institucionais, com ênfase na unicidade de mando administrativo-acadêmico, como ponto fundamental de mudanças e já anteriormente exposto, cremos ser chegado o momento de avaliarmos nesta Universidade os efeitos causados por tais modificações e estabelecermos balanço do que foi socialmente produtivo ou não, para que possamos produzir as mudanças exigidas por uma sociedade diferente daquela que, trintanos já faz.

Estaremos avaliando, satisfatoriamente, pelo vestibular atual, os alunos que procuram o ingresso na Universidade? Há possibilidade de estabelecermos modificações, conjuntamente com a sociedade e as escolas de segundo grau, visando à implantação e aprimoramento do sistema de avaliação seriado dos alunos e dos cursos secundários? Ou estaremos, como de hábito, repetindo padrões de comportamento e avaliação desgastados e que não privilegiam o raciocínio e sim os sistemas deturpados do saber que vêm sendo implantados em velocidade alarmante, gerando uma grande e forte indústria do ensino mediocrizado, acrílico e que visa tão somente ao "passar no vestibular"?

O currículo do curso de Medicina, ora em sua terceira turma, é considerado um dos melhores da América Latina por instituições isentas e conceituadas como ABEM (Associação Brasileira de Escolas Médicas), CINDEM (Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico).

A Academia Nacional de Medicina, com a perspectiva de sediar no ano 2000 o Congresso Mundial sobre Ensino Médico, vem realizando estudos sobre o currículo da Faculdade de Medicina, tendo convidado a Direção da Unidade a participar de discussões na Academia Nacional de Medicina, visando a fornecer subsídios e dados que possam auxiliar nas pretensões desta prestigiadíssima Instituição.

O currículo da Escola de Arquitetura e Urbanismo, obedecendo à portaria ministerial, reformula e adequa o ensino da Arquitetura com ênfase na formação uniforme do profissional. O mesmo processo de reavaliação e maior consistência de conhecimento, embasando a competência profissional, norteia as mudanças curriculares atualmente em curso na Enfermagem e no Direito.

Estaremos preparados para modificarmos este secular conceito de confundir o público com o privado, cujo confronto sempre privilegia o último, entrando o setor público com as culpabilidades de ineficiência, incapacidade, responsabilidade de inchaço administrativo? Interessante, entretanto, observarmos Estados como França, Chile, Itália, através de suas empresas públicas, eficientes por representarem Estados fortes e eficientes, virem comprar, a preços vis, nossas empresas "incompetentes".

A proliferação indiscriminada do ensino superior privado, após a reforma de 68, voltado para a lógica pré-capitalista do empresariado patreio de lucro imediato com o menor investimento possível, não estará relacionada diretamente com a baixa qualificação profissional encontrada em praticamente todas as áreas profissionais e do conhecimento?

A Universidade, ao diplomar profissionais sem terminalidade e qualificação profissional, isto é, inabilitados ao exercício imediato de suas profissões não estará gerando falsa demanda para cursos de pós-graduação?

Haverá possibilidade de discutirmos, dentro de critérios fidedignos, a reformulação das matrizes financeiro-orçamentárias "históricas", anacrônicas, construindo e acompanhando a execução de verdadeiro orçamento partilhado por toda comunidade universitária? Estaremos nos preparando para tal prova de cidadania coletiva?

Estará a estrutura acadêmico-administrativa atual, com sua multiplicidade de comandos e "feudos de poder", adequada às novas e inadiáveis necessidades desses cursos? É da sociedade?

Caso esteja, o faz de forma íbia, comprometida numa aliança perversa com seus insucessos; portanto, urge que modificações sejam feitas sob pena de sermos destituídos de nossos papéis de atores diretos da história contemporânea.

Proposições gestadas nesta Universidade, hoje implementadas nacionalmente, resultaram em atos concretos para o Município e para o País como o Projeto Niterói, que instrumentalizou o Sistema Único de Saúde - SUS - apesar das obstaculizações cada vez mais intensas dos setores mais obscurantistas da Saúde, que procuraram inviabilizá-lo, privilegiando num País de despossuídos, um sistema de lucro e mais valia na área da Saúde.

Realizações como esta são condizentes com nossa trajetória de Instituição que cursa novos rumos numa troca constante e retroalimentadora, buscando contribuir para a construção de uma sociedade menos injusta e mais fraterna da qual fazemos parte e sem a qual não temos razão para existir.

V. PROPOSIÇÕES À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Atenta às propostas formuladas e às explanações de membros das Comissões antecedentes a esta, assim como de membros da administração, a Comissão apresenta, a seguir, algumas conclusões que, pensa, devam nortear as discussões desenvolvidas pela comunidade acadêmica, permitindo maior ousadia administrativa, objetivando incremento da atividade acadêmica, redundando em melhor qualificação do profissional formado, seja qual for a

qualificação escolhida, propiciando a construção de ponte que anule o fosso existente entre as atividades-fim da Universidade - *ensino, extensão pesquisa* - , permitindo visualizar o século XXI com olhares de mais otimismo e esperança.

1. Fortalecimento das Unidades Universitárias, com conseqüente aprimoramento dos cursos de graduação;
2. Unicidade de mando para as atividades acadêmico-administrativas relacionadas ao ensino, extensão, pesquisa, englobando graduação e pós-graduação, nos três níveis de hierarquização universitária: Unidades, Centros Universitários e Reitoria;
3. A unicidade de mando será exercida pelos respectivos dirigentes, conjuntamente com seus órgãos colegiados, que deverão ter suas atribuições e composição redefinidas e condizentes com a nova estrutura proposta;
4. Os órgãos centralizadores de apoio às atividades-fim da Universidade, como DAE por exemplo, ficarão subordinados ao Reitor, com nível hierárquico equivalente ao de Diretor de Unidade, tanto no que se refere ao nível decisório quanto à gratificação;
5. Extinção das Pró-Reitorias existentes transferindo-se suas atribuições aos Centros e Unidades Universitárias, assim como seus recursos humanos e materiais, visando a seu emprego nas atividades de ensino, extensão e pesquisa.
6. Os Centros Universitários serão reestruturados tendo em vista suas novas funções, visando às atividades-fim da Universidade, no ensino, na extensão e na pesquisa. Objetivando a executibilidade destas atividades-fim, cada Centro Universitário terá implantada unidade gestora, e será responsável administrativa e juridicamente;
7. As atividades-fim da Universidade serão normatizadas pelos Conselhos Superiores - CEP, CUR e CUV, que consolidarão também as propostas de projetos acadêmico-administrativos, oriundos das Unidades e Centros Universitários.
8. Reestudo das áreas de conhecimento visando à realocação das Unidades e Institutos existentes, assim como à criação, eventualmente, de novas Unidades, de acordo com suas vocações ou finalidades.
9. Secretaria de Planejamento:
 - Será órgão para operacionalização do sistema de planejamento da Universidade;
 - O sistema de planejamento será integrado por subsistemas, a serem criados nas Unidades, Centros Universitários e outros órgãos da Universidade;
 - A secretaria submeterá ao CUV, através do Magnífico Reitor,
 - a metodologia de planejamento;
 - trimestralmente, orçamentos-programa e relatórios da execução orçamentária, detalhados em linguagem acessível a toda comunidade universitária;
 - A secretaria terá um chefe nomeado pelo Reitor, submetido à aprovação do CUV, e disporá de infra-estrutura técnico-administrativa conveniente à realização de suas atividades;
 - Atribuições:
 - coletar, analisar e armazenar dados e informações;
 - fazer análises estatísticas;
 - processar dados e informatizá-los;
 - implantar banco de dados, acessível a todos os órgãos da Universidade;

- elaborar propostas de diretrizes orçamentárias, que serão encaminhadas pelo Magnífico Reitor ao CUV, para aprovação;
 - elaborar orçamento da Universidade de acordo com informações/dados oriundos do sistema de planejamento;
 - acompanhar execução orçamentária e financeira;
 - proceder estudos visando adequação permanente do orçamento às necessidades da Universidade.
10. Proceder a estudos visando à implantação de Serviço de TV a Cabo, como previsto na lei 8977, de 06 de Janeiro de 1995.
11. Implantação imediata das conclusões contidas no relatório da Comissão Especial do CUV 12/92 de 07.10.1992
12. Estabelecer cronograma, com as datas abaixo discriminadas, visando ao bom andamento e à rapidez de respostas solicitadas pela comunidade universitária a partir da elaboração de propostas contidas neste trabalho:
- tendo por base a data de 17. 04. 97, noventa (90) dias para discussão na comunidade universitária: Centros, Unidades, Departamentos de Ensino, Unidades isoladas, ADUFF/Sindicato, SINTUFF, DCE e D.As.
 - a partir de 17. 07.97, prazo de 30 (trinta) dias para sistematização das contribuições retornadas das discussões ocorridas na comunidade universitária.

Niterói, abril de 1997.

ALEXANDRE SAMPAIO DE MARTINO

CÍCERO MAURO FIALHO RODRIGUES

HEITOR LUIZ SOARES DE MOURA

MÁXIMAS TAVEIRA SANTIAGO

ROBERTO DE SOUZA SALLES

ROSANA DOS SANTOS ALVARENGA

